

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Possuir as habilitações literárias e profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;
- c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado.

9 — Não admissão de candidaturas: Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto do Desporto de Portugal, I. P. idêntico ao posto de trabalho posto a concurso.

10 — Composição do júri — o júri do presente concurso, nos termos dos artigos 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, é composto por um presidente e quatro vogais efectivos, a saber:

Presidente — Luis Gabriel Gago Horta, Presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP)

Vogal Efectivo — Maria João de Oliveira Moniz e Silva, Técnica Principal de Análises Clínicas e Saúde Pública, da carreira Técnica de Diagnóstico e Terapêutica da ADoP, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

Vogal Efectivo — Ana Sofia Rodrigues Tavares, Técnica de 1.ª classe de Análises Clínicas e Saúde Pública, da carreira Técnica de Diagnóstico e Terapêutica da ADoP

Vogal Suplente — Ana Maria Lopes Xistra Nunes, Técnica de 1.ª classe de Radiologia, da carreira Técnica de Diagnóstico e Terapêutica do DMD — Lisboa

Vogal Suplente — José Luis Parelho Vergas Rocha, Técnico de 1.ª Classe de Fisioterapia da carreira Técnica de Diagnóstico e Terapêutica do DMD — Lisboa

11 — Método de selecção — o método de selecção aplicável é a Avaliação curricular, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, na área para que o concurso é aberto, com base na análise do curricular profissional.

12 — Os critérios de apreciação e de ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respectiva fórmula classificativa, nos termos constantes do anexo III da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, constam da primeira acta da reunião do júri do concurso, a qual será facultada aos candidatos no prazo legalmente estipulada, sempre que solicitada, por escrito.

13 — Formalização das candidaturas — Os requerimentos devem ser dirigidos ao Presidente do Júri e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, registados, com aviso de recepção, dentro do prazo de candidatura, para a seguinte morada:

Presidente do Júri do Concurso para TDT
Avenida Infante Santo, 76
1399-032 Lisboa

Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e arquivo que o emitiu, número de contribuinte, residência e telefone, se o tiver);
- b) Habilitações académicas e profissionais;
- c) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence, relação jurídica de emprego público, previamente estabelecida.
- d) Indicação clara do número do Aviso do concurso a que se candidata,
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito, os quais, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
- 14 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados dos seguintes elementos:
- a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia simples dos Certificados comprovativos das habilitações académicas e profissionais;
- c) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, as menções obtidas na avaliação do desempenho dos últimos três anos de serviço e o tempo efectivo na carreira e na categoria;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.
- e) Declaração do/a candidato/a, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos indicados no ponto n.º 8 deste aviso.

15 — Assiste ao júri, a faculdade de solicitar aos serviços a que pertencem os candidatos, os elementos considerados necessários e ainda, exigir dos candidatos documentos comprovativos de factos por eles mencionados que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

16 — A falta de apresentação dos documentos exigidos, no presente aviso, implica a exclusão dos candidatos.

17 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão passíveis de punição nos termos da lei.

18 — A relação de candidatos admitidos e excluídos do concurso e a lista de classificação final serão afixadas no Instituto do Desporto de Portugal, I. P., Av. Infante Santo, 76 — 3.º, 1399-032 Lisboa, sendo os candidatos notificados, por ofício registado, com aviso de recepção.

Lisboa, 20 de Agosto de 2010. — O Vice-Presidente, *José Eduardo Fanha Vieira*.

203629184

Despacho (extracto) n.º 13827/2010

Considerando o número de 52 vagas fixado para frequência da 10.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CE-AGP) realizado no Instituto Nacional de Administração, I. P. no ano de 2009-2010;

Considerando que as licenciadas Ana Cristina Diogo Marques Vicente, Silvina Goneta de Sousa e Susana Telo Abreu de Oliveira Xavier Semedo, admitidas à frequência do Curso concluíram o mesmo com aproveitamento, conforme disposto no aviso n.º 15617/2010, publicado no *Diário da República* n.º 152, 2.ª série, de 6 de Agosto;

Considerando, ainda, o disposto no artigo 18.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de Fevereiro e o interesse do Instituto do Desporto de Portugal, I. P. na colocação das referidas diplomadas;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º e no n.º 6 do artigo 56.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicados de acordo com o entendimento sancionado pelo Despacho n.º 770/2009, de 23 de Junho, do Secretário de Estado da Administração Pública, determino:

Ana Cristina Diogo Marques Vicente é colocada em exercício de funções em posto de trabalho da Direcção Regional do Centro, previsto no mapa de pessoal do IDP, I. P., com produção de efeitos a partir de 1 de Agosto de 2010;

Silvina Goneta de Sousa é colocada em exercício de funções em posto de trabalho na Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP), previsto no mapa de pessoal do IDP, I. P., com produção de efeitos a partir de 1 de Agosto de 2010;

Susana Telo Abreu de Oliveira Xavier Semedo é colocada em exercício de funções em posto de trabalho no Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ), previsto no mapa de pessoal do IDP, I. P., com produção de efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010;

Para o feito, é celebrado com as diplomadas, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira geral de Técnico Superior, ficando as trabalhadoras posicionadas na 2.ª posição remuneratória, nível 15.

Instituto do Desporto de Portugal, I. P. aos 17 de Agosto de 2010. — O Vice-Presidente, *José Eduardo Fanha Vieira*.

203631905

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 13828/2010

Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, é renovada, por três anos, a comissão de serviço do licenciado Humberto Jorge Alves Meirinhos no cargo de presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública, com fundamento nos resultados obtidos na actividade até agora desempenhada que evidenciam a existência de aptidão, experiência profissional e capacidade de direcção adequada ao exercício das respectivas funções, conforme relatório apresentado nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente renovação produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

24 de Agosto de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Curriculum vitae

Dados de identificação:

Nome: Humberto Jorge Alves Meirinhos;
Natural de: São Martinho de Angueira, Miranda do Douro;
Data de Nascimento: 7 de Setembro de 1960.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 4 de Junho de 1987.

Técnico Superior do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Actividade profissional:

De 11 de Janeiro de 1988 a 26 de Abril de 1989, técnico superior de 2.ª classe do Serviço de Administração e Função Pública (Macau) — funções no Departamento de Administração Civil;

De 27 de Abril de 1989 até 18 de Dezembro de 1990, técnico superior de 1.ª classe do Serviço de Administração e Função Pública — Departamento de Administração Civil;

Vogal das comissões de recenseamento das pessoas colectivas para o sufrágio indirecto de 1988 e 1989;

Membro da Comissão de Classificação de Espectáculos em 1989;
Membro da Comissão Eleitoral Territorial das Eleições para as Assembleias Municipais em 1988;

Formador do Centro de Formação da Administração Pública desde 1989 até 1992 na área de Direito;

De 31 de Janeiro de 1991 e até Março de 1996, chefe de departamento do Gabinete de Estudos, Coordenação e Planeamento (GCEP) da Câmara Municipal das Ilhas, serviço de apoio directo à presidência;

Membro da Comissão de Terras desde 1992;
Membro da Comissão do Domínio Público Hídrico desde 1992;
Membro do Grupo Coordenador de Habitação Social desde 1992;
Membro do Concelho Técnico de Habitação desde 1992;

De 19 de Março de 1996 até 30 de Abril de 2007 — presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros;

Membro do Conselho Superior de Acção Social Complementar (por inerência);

Janeiro de 1998 — vereador da Câmara Municipal de Miranda do Douro;

Janeiro de 2002 — membro da Assembleia Municipal;
Março de 2002 — técnico superior da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres;

Outubro de 2005 — membro da Assembleia Municipal;
De 1 de Maio de 2007 até à presente data — presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública.

Formação complementar:

Curso de formação de formadores;
Curso sobre feitura das leis;
Curso de administração local — UCCLA/CFA;
Curso Código de Procedimento Administrativo;
Curso de Maastricht a Amesterdão — O Novo Tratado da União Europeia;

Curso de Direito Administrativo Europeu;
Seminário — workshop, em sistemas da informação na Administração Pública;

Curso de formação word, nível iniciado;
Curso de formação SIADAP;
Curso de gestão por objectivos;
Seminário de alta direcção;

1.º Encontro Luso-Espanhol sobre Contratação Pública — As Novas Directivas da EU e os Novos Modelos de Contratação Pública;
Seminário — Programa Legislar Melhor;

Curso avançado de gestão pública CAGEP, 1.ª edição, 2007;
Seminário — O Novo SIADAP — Avaliação e Gestão de Desempenho;

Curso — O Novo Regime da Contratação Pública.

203632294

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13829/2010

Considerando que o subdirector-geral da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE),

licenciado Manuel Martins das Neves Dias, nomeado pelo despacho n.º 21 057/2007, de 24 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de Setembro de 2007, deu tempestivamente conhecimento do termo da respectiva comissão de serviço, tendo feito acompanhar aquela comunicação de relatório dos resultados obtidos durante o exercício do respectivo cargo;

Considerando os resultados positivos evidenciados no exercício do referido cargo:

Ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 2.º, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º e do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e ainda do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 23/2007, de 29 de Março:

1 — Renovo a comissão de serviço, por três anos, do licenciado Manuel Martins das Neves Dias no cargo de subdirector-geral da ADSE, com efeitos a partir de 24 de Agosto de 2010.

2 — A presente renovação é fundamentada no perfil, experiência e conhecimentos adequados para o desempenho do cargo, demonstrados pelo currículo académico e profissional que é publicado em anexo e que faz parte integrante do presente despacho.

20 de Agosto de 2010. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

ANEXO

Nota curricular (académica e profissional)

Nome — Manuel Martins das Neves Dias.

Data de nascimento — 31 de Julho de 1952.

Formação universitária — licenciatura em Finanças (15 valores), no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Actividade profissional:

Desde 24 de Agosto de 2007, ocupa o cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE);

Abril de 2007, na Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), comissão de serviço no cargo de director de serviços de Administração de Benefícios;

De Novembro de 2005 a Março de 2007, foi director dos Serviços de Prestadores de Cuidados de Saúde na Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), Ministério das Finanças e da Administração Pública;

Entre 16 de Julho de 2002 e 19 de Julho de 2005, foi vogal do conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), Ministério da Saúde;

Entre Outubro de 2002 e Abril de 2004, foi membro do conselho de administração (*management board*) da EMEA — Agência Europeia do Medicamento;

Entre Março de 2001 e Julho de 2002, foi secretário-geral-adjunto do Ministério do Planeamento;

Entre Abril de 1995 e Março de 2001, desempenhou no ICN — Instituto da Conservação da Natureza funções técnicas e dirigentes — director dos Serviços Administrativos e Financeiros (de Maio de 1998 a Março de 1999) e director do Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros e da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (de Novembro de 1997 a Março de 1998);

Entre Janeiro e Julho de 1994, foi membro do conselho de direcção da empresa PECTEJO, Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, S. A.;

Entre Outubro de 1992 e Abril de 1994, foi administrador executivo da empresa PEC — Produtos Pecuários e Alimentação, S. A.;

No Ministério da Agricultura desempenhou funções de assessor principal no INGA — Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (de Dezembro de 1994 a Abril de 1995), de inspector superior principal (de Março a Agosto de 1990) na Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão e no IROMA — Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas, de assessor principal (de Agosto a Novembro de 1994) e dirigentes — chefe de divisão de Transportes (de Fevereiro de 1983 a Outubro de 1987), chefe de divisão de Mercados de Produtos Animais (de Outubro de 1987 a Fevereiro de 1990) e director de serviços de Gestão de Matadouros (de Setembro de 1990 a Outubro de 1992);

Entre Fevereiro de 1977 e Fevereiro de 1983, foi técnico superior economista da JNPP — Junta Nacional dos Produtos Pecuários;

Exerceu funções docentes no ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa como assistente das cadeiras de Gestão Comercial e de Técnicas de Análise de Mercados (de Outubro de 1976 a Outubro de 1978);